



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria das Sessões**

**ACÓRDÃO Nº 732/2015**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PUBLICADO(A) NO DODF Nº 246**  
**Em 24/12 de 2015 PÁGINA(S) 52**

**Secretaria das Sessões**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

**Processo nº:** 10.894/12 - **Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12.

**Nome/Função/Período:** **Analice Marques da Silva** (Diretora Administrativo – Financeiro e Material, no período de 10.1 a 19.5.2011), **José Alves de Sousa** (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 20.5 a 28.7.2011), **Astronoele Costa Ribeiro** (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 29.7 a 6.10.2011) e **Paulo Henrique Bastos dos Santos** (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 19.10 a 30.11.2011 e Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças, no período de 1.12 a 31.12.2011)

**Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas:**

**a) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9** - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

**b) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:**

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;
- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;
- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;
- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;
- subitem 4.8 - pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço;

**Determinações (LC/DF nº 01/94, art. 19):** aos atuais administradores e responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do DF que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, em **julgar regulares com ressalva** as contas em apreço e **dar**

**quitação** aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

Ata da Sessão Ordinária nº 4832, de 08 de dezembro de 2015.

Presentes os Conselheiros Renato Rainha, Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por unanimidade.


Representante do MPjTCDF presente: Procurador-Geral em exercício Demóstenes Tres Albuquerque.



**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Presidente



**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro-Relator



**DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE**  
Procurador-Geral em exercício do  
Ministério Público junto à Corte